



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA CEL. ORLANDO, 600 — Cx. Postal, 77 — CEP 14.620-000 — FONE PABX (016) 826.0777

L E I N° 2.940

De 24 de Junho de 1997

Aprova o Plano Plurianual do Município de Orlândia, para o quadriênio de 1998 a 2001 e dá outras providências.

DOUTOR JOÃO HENRIQUE ORSI, Prefeito do Município de Orlândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica aprovado, na forma do quadro anexo que é parte integrante desta lei, o Plano Plurianual do Município, com vigência para o período de 1º de Janeiro de 1998 a 31 de Dezembro de 2001.

ARTIGO 2º - O quadro anexo obedece à seguinte conceituação técnica:

CÓDIGO LOCAL:- expressão numeral crescente - que identifica, a nível local, os objetivos e as metas da administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os dispêndios relativos aos programas de duração plurianual.

FUNÇÕES:- o maior nível de agregação das ações governamentais, codificadas conforme a legislação nacional e que se subdividem em programas.

PROGRAMAS:- codificadas conforme a legislação nacional e subdivididos em subprogramas, que identificam as ações governamentais decorrentes do processo de planejamento governamental.

OBJETIVOS:- o produto final a ser obtido pela ação governamental.

META:- os resultados que se pretende obter através da execução do respectivo programa.

ARTIGO 3º - As ações governamentais serão planejadas observando-se conforme os objetivos a serem atingidos, os seguintes critérios:

I - ampliação e maior eficiência dos serviços públicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA CEL. ORLANDO, 600 — Cx. Postal, 77 — CEP 14.220-000 — FONE PABX (016) 826.0777

LEI N° 2.940

II - redução dos desperdícios e da capacidade ociosa dos órgãos municipais;

III - melhoria da qualidade e aumento da produtividade dos serviços públicos;

IV - melhoria das condições de vida e de trabalho da população;

V - saneamento das finanças municipais.

ARTIGO 4º - O programa cuja execução venha a abranger mais de um exercício financeiro somente será iniciado desde que tenha sido incluído no Plano Pluriannual do Município e desde que existam dotações orçamentárias para o respectivo empenho.

§ 1º - A inclusão do programa do Plano Pluriannual dependerá de lei específica disposta nesse sentido.

§ 2º - As exigências constantes de "caput" - deste artigo não se aplicam às despesas de custeio dos órgãos governamentais.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GOVERNO MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

24 de Julho de 1.997

Dr. JOÃO HENRIQUE ORSI
Prefeito Municipal

Publicada e arquivada nos termos da legislação vigente.

Autógrafo nº 043/97

Projeto de Lei nº 2.768/97